

Categorias do censo e classificação subjetiva de cor no Brasil*

Charles H. Wood**
José Alberto Magno de Carvalho***

A tendência de indivíduos de pele escura a se mover para as categorias mais próximas da branca estaria associada à ascensão social, donde, no período 1950-1980, um grande número de indivíduos "emigraria" para categorias mais claras de cor.

Os censos demográficos são a única fonte de informação, de abrangência nacional, sobre a composição racial da população brasileira. Assim como a distribuição por idade e sexo, a estrutura da população segundo a cor é um indicador demográfico importante. Mudanças na proporção de pessoas nos diversos grupos de cor no decorrer do tempo podem refletir importantes fenômenos comportamentais, como a intensidade e ritmo em que a miscegenação ocorre, ou diferenciais de fecundidade, mortalidade e migração entre os grupos. Quando cruzamos a variável cor com outras, como es-

colaridade, ocupação, participação na força de trabalho e renda, os resultados podem possibilitar, potencialmente, uma nova e reveladora compreensão sobre a estratificação social do país. Porém, até que ponto os dados provenientes dos censos são indicadores confiáveis de cor? A questão é instigante, dado o ceticismo de muitos analistas em relação ao esquema adotado pelo IBGE para classificar a população por cor: branca, parda, preta, amarela.

Com respeito aos afro-brasileiros (pretos e pardos), as dúvidas sobre a informação gerada pela autodefinição de

* Várias idéias e discussões deste artigo foram desenvolvidas preliminarmente em Wood (1991). As estimativas de reclassificação de cor ora apresentadas são diferentes daquelas do trabalho de 1991.

** Pesquisador do Population Research Center, da Universidade do Texas, Austin.

*** Professor do Departamento de Demografia e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG).

cor apóiam-se principalmente em duas considerações. A primeira refere-se à grande quantidade de termos que os brasileiros usam para identificar as variações da cor da pele entre os dois extremos - a branca e a preta. Como as pessoas associam diferentes significados a essas distinções de cor, a classificação simplificada que o IBGE adota nos censos e nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) seria tão divorciada da terminologia comum que invalidaria os resultados.

A segunda consideração refere-se à interação entre a posição social da pessoa e a percepção subjetiva de sua cor. No Brasil, uma pessoa de pele escura e que também seja pobre é provavelmente tida, e assim se classificaria, como preta. De outro lado, porém, uma pessoa com a mesma tonalidade de pele que ocupe uma posição alta na sociedade provavelmente será considerada, e se identificaria - ao contrário do que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos -, como morena, parda ou qualquer outro termo que se aproxime mais da gradação branca, dentro da escala de cores da pele. O modo como as pessoas classificam as outras e se classificam não é baseado unicamente na aparência física. O fato de emblemas sociais como educação e renda desempenharem um importante papel na classificação da cor sugere também que a definição subjetiva da cor seja muito mais mutável no Brasil que em outros países. Especificamente, a base multidimensional da percepção da cor sugere que um indivíduo que se classificava em determinado momento como preto e que ascenda na escala social possa vir a se reclassificar como pardo ou até branco.

O caráter sutil e fluido da identificação subjetiva da cor no Brasil suscita preocupações metodológicas críticas para os pesquisadores que usam dados do IBGE, seja para determinar a composição racial do Brasil, seja para desenvolver análises comparativas de diferenciais sócio-econômicos segundo a cor da po-

pulação. A finalidade deste artigo é identificar os vieses porventura associados ao uso de dados brasileiros classificados segundo as categorias de cor adotadas nos censos e PNADs e explorar algumas prováveis conseqüências em análises sócio-demográficas de grupos raciais.

A classificação subjetiva de cor

Pesquisas antropológicas sobre relações raciais no Brasil documentam amplamente as distinções sutis que os brasileiros fazem quando perguntados sobre a cor de uma pessoa. Harris (1964), por exemplo, usou uma série de desenhos para explorar o elenco de termos que podem ser aplicados a um dado indivíduo. Variando no tom e textura de cabelo, no contorno de lábios e narizes, os desenhos revelaram 40 tipos diferentes. "Estes tipos", observou Harris (1964:57), "transformam-se gradativamente uns nos outros como as cores num espectro e nenhuma categoria permanece significativamente isolada das outras". Num estudo posterior, Harris (1970) explicita um total de 492 termos, diferentes de preto e branco, usados para designar a cor da pele. Da mesma maneira, Manuel Diéguas Júnior (citado por Pierson, 1967: XXIV) observou que as pessoas adotavam cerca de 24 palavras diferentes para designar mestiços nas várias partes do Brasil e que havia termos com significados múltiplos e por vezes contraditórios. Mais recentemente, uma questão aberta sobre cor, incluída na PNAD de 1976, teve como resposta aproximadamente 200 termos diferentes (Silva, 1992:38).

Como esses dados sugerem, a classificação por cor da população de origem européia e/ou africana no Brasil é sutil e complexa, o que a afasta significativamente daquela usada nos Estados Unidos, onde as pessoas reconhecem apenas dois grupos - branco e preto. Harris (1964) argumenta que os diferentes sistemas de classificação no Brasil e nos

EUA se originam das diferentes estruturas demográficas do regime escravista nos dois países. Neste, a população branca superava largamente em números a população de negros escravos, mas no Brasil isto não se deu. Como resultado, a miscigenação tornou-se muito mais comum no Brasil, assim como a necessidade de se libertar proporcionalmente mais pessoas de ascendência mista. Escravos libertos de origem mestiça no Brasil logo ocuparam funções militares e econômicas intermediárias.

Segundo Klein (1969), outro fator que distinguiu o Brasil dos Estados Unidos foi o *status* das crianças mestiças. Nos EUA, a grande maioria das crianças mulatas continuou escrava (com exceção, talvez, de certas cidades do Sul, como New Orleans e Charleston, onde se estabeleceram comunidades mulatas livres). No Brasil, no entanto, a prole mestiça não era automaticamente relegada à condição escrava, já que muitos senhores de escravos alforriavam suas crianças ilegítimas. Conseqüentemente, a miscigenação no Brasil levou a um grande número de mestiços que não eram, *a priori*, tomados como escravos. Estes fatores sociais e demográficos outorgaram aos mestiços brasileiros uma legitimidade que não encontrou paralelo nos EUA.

O grau em que as diferenças entre Brasil e Estados Unidos construídas no passado ainda persistem no presente constitui objeto de um novo e estimulante debate no campo dos estudos comparativos das relações raciais nos dois países. Por exemplo, há sinais crescentes, nos Estados Unidos, de que a classificação bipolar pode estar cedendo lugar a uma multipolar, mais ao estilo brasileiro. Skidmore (1993) atribui isto ao rápido crescimento da população hispânica nos EUA e ao aumento, entre a população negra, da sensibilidade às gradações de cor (Russel *et al.*, 1992; Keith e Herring, 1991). Paralelamente, há algumas evidências de que o largo espectro de gradações de cor de pele no Brasil pode estar em pro-

cesso de simplificação (Kottack, 1992). Apesar de ser ainda uma inferência, pesquisadores propuseram duas explicações para a redução da complexidade do léxico de cor no Brasil. Skidmore (1993) assinala o possível efeito do movimento de "consciência negra" que emergiu no Brasil nos últimos anos. Líderes do Movimento Negro Unificado, por exemplo, apelam aos mestiços para que abracem sua herança africana e se declarem pretos. Kottack (1992), de outro lado, sustenta que a exposição aos meios de comunicação de massa, especialmente às populares telenovelas, pode induzir as pessoas a usar um número menor de termos relativos à cor e a empregá-los de forma mais consistente do que no passado.

Qualquer que seja a explicação para o sistema peculiar de classificação por cor no passado, e sem considerar as tendências sutis que possam ter lugar no presente, o fato de que as pessoas continuam a usar no Brasil uma variedade grande de termos entre o branco e o preto para identificar a cor parece invalidar o esquema de classificação usado nos censos, sistema este, aliás, que tem mudado no decorrer do tempo. No Censo de 1940, as instruções diziam que as respostas deveriam limitar-se às qualificações preta, branca e amarela. Indivíduos que se declararam em outra categoria (por exemplo, mulato, caboclo, moreno, índio) foram classificados como pardos. No Censo de 1950 a declaração foi deixada por conta dos entrevistados. Quando da publicação dos resultados, foram classificados como pardos todos aqueles que declararam uma cor diferente de branco, preto e amarelo. O método foi modificado em 1960 quando, às três categorias padrão (preto, branco e amarelo), somaram-se duas outras categorias intermediárias pré-codificadas (pardo e índio). Apesar de o Censo de 1960 nunca ter sido totalmente publicado, as tabelas existentes para certos estados agregaram as duas categorias intermediárias

num único agrupamento: pardos. O item cor não foi incluído no Censo de 1970. A questão foi reintroduzida em 1980, quando se usou o método de auto-identificação e um esquema pré-codificado com quatro categorias: branco, pardo, preto e amarelo. Já o Censo de 1991, cujos dados ainda não estão disponíveis, acrescentou a categoria indígena.

Comparadas com os muitos termos que as pessoas no Brasil usam comumente para identificar as gradações de "negritude", as alternativas permitidas pelos censos obviamente simplificam a classificação das pessoas segundo a cor. A questão crucial é o grau em que o esquema do censo se afasta da autoclassificação das pessoas, caso tivessem outras opções. Felizmente, a PNAD de 1976 levou em consideração este ponto. A pesquisa incluiu dois itens de classificação de cor. O primeiro era uma questão aberta, que permitia aos entrevistados usar o termo que desejassem: "Qual a cor do Sr. (Sra.)?". A segunda questão obrigava o entrevistado a se classificar em uma das quatro categorias padrão: "Entre branca, preta, amarela ou parda, como classificaria a cor do Sr. (Sra.)?". Apesar de a questão aberta explicitar cerca de 200 termos diferentes, seis categorias - branca, clara, morena-clara, morena, parda, preta - concentraram 93,6% dos indivíduos (Tabela 1). Os outros termos e "falta de informação" corresponderam a

apenas 6,4% das pessoas. Quanto à variação de cor entre branca e preta, o termo mais usado foi morena, que apareceu em 34,4% de todas as respostas.

As frequências apresentadas na Tabela 1 mostram que a distribuição da população por cor altera-se substancialmente de acordo com o método de coleta dos dados. Em resposta à questão aberta, 41,91% das pessoas declararam-se brancas. Na resposta pré-codificada, o percentual de brancos subiu para 53,94%, um aumento de 12 pontos percentuais. Igualmente, o percentual de pessoas que se identificaram como pretas na questão fechada foi de 8,09%, 3,7 pontos acima do percentual obtido na abordagem aberta (4,43%). Para facilitar comparações adicionais entre as duas distribuições, agregamos as respostas clara, morena-clara, morena e parda à questão aberta em uma única categoria intermediária, como mostrado na Tabela 1 (coluna 3). Diante da questão fechada, 34,01% dos brasileiros se classificaram como pardos. São 13,24 pontos percentuais abaixo dos 47,25% de entrevistados que se identificaram, na questão aberta, como de uma categoria intermediária entre branco e preto.

O significado dessas diferenças é objeto de debate. Num recente estudo, Harris *et al.* (s/d.) criticaram o IBGE pelo uso da categoria parda na questão pré-codificada. Do ponto de vista destes au-

Tabela 1
Brasil: Distribuição da população por cor, questões aberta e pré-codificada - 1976

| Cor | Aberta | | | Cor | Pré-Codificada | | |
|------------------------|----------|-------------------|------------------------|--------|----------------|-------------------|------------------|
| | N (1) | Percentual (2) | (3) | | N (5) | Percentual (6) | (6) - (2) (7) |
| Branca | 34.612 | 41,91 | 47,25 | Branca | 44.544 | 53,94 | +12,03 |
| Clara | 2.055 | 2,49 | | Parda | 28.083 | 34,01 | -13,24 |
| Morena-Clara | 2.307 | 2,79 | | | | | |
| Morena | 28.427 | 34,42 | | Preta | 6.679 | 8,09 | +3,66 |
| Parda | 6.234 | 7,55 | | | | | |
| Preta | 3.658 | 4,43 | | | | | |
| Outra e Sem Informação | 5.284 | 6,40 | Outra e Sem Informação | 3.271 | 3,96 | -2,56 | |
| Total | 82.577 | 100,00 | | | 82.577 | 100,00 | |

FONTE: Derivada de Silva (1992: Tabelas 6 e 7).

tores, parda não é um termo válido porque não é empregado cotidianamente pelos brasileiros para identificar a cor de uma pessoa. Eles sustentam que a palavra morena goza de maior proeminência lingüística em português, sendo portanto mais adequada em um esquema de classificação pré-codificado. Para sustentar esta conclusão, realizaram um estudo em uma pequena cidade da Bahia, no qual pediam às pessoas que se autodefinissem usando dois esquemas pré-codificados: (1) branca, parda, preta, amarela (tipologia do IBGE); e (2) branca, morena, preta, amarela. As distribuições resultantes foram muito diferentes (Tabela 2). Comparada com os resultados da opção morena, a tipologia do IBGE (opção parda) fez crescer de 20,95% para 36,51% - 15,56 pontos percentuais - a proporção de pessoas que se autodeclararam brancas. A porcentagem da categoria intermediária caiu 31,49 pontos e a categoria preta subiu 15,54 pontos. Em razão da maior disposição das pessoas em se classificar como morenas, ao invés de pardas, Harris e seus colegas concluíram que o método do IBGE superestima a porcentagem da população preta e da população branca e subestima a porcentagem das categorias localizadas entre estas duas opções, uma interpretação consistente com os dados da PNAD apresentados na Tabela 1.

Outros analistas, porém, não estão convencidos de que a opção morena seja

apropriada, como indicam as observações de Silva (1988:146): "Levando em conta que a denominação morena é completamente ambígua, podendo se referir tanto à cor da pele quanto à cor do cabelo do entrevistado, as respostas dadas indicam mais do que nada a dúvida por parte do respondente quanto ao objeto da mensuração, ou seja, que característica se pretendia medir com a pergunta feita". De fato, como Kottack (1992) mostrou a partir de estudo realizado em seis comunidades brasileiras, o termo morena pode expressar todas as gradações possíveis de tonalidade de pele. O estudo de Kottack é especialmente interessante por conter informações sobre a auto-identificação dos entrevistados (questão aberta) e também informações sobre a cor da pele tal como observada pelo entrevistador. Ele constatou que 12,9% dos entrevistados que se definiram como morenos ou moreno-claros foram classificados pelos entrevistadores como pertencentes à mais clara das categorias de cor (branca). Outros 18,8% foram considerados pelos entrevistadores como pertencentes à mais escura das categorias de cor (preta) (Kottack, 1992: Tabela 1) (1). As observações de Kottack sobre o uso do termo morena indicam que as constatações de Harris não devem causar surpresa. Se o termo morena é comumente usado para definir todo um espectro de características físicas, então, comparando-se com o método do IBGE, podemos esperar que a

Tabela 2
Distribuição por cor da população de Rio das Contas, Bahia

| Tipologia | Opções Pré-Codificadas | | | | (4) - (2) |
|--------------|------------------------|-------------------|-------------|-------------------|-----------|
| | Opção Morena | | Opção Parda | | |
| | N (1) | Percentual (2) | N (3) | Percentual (4) | (5) |
| Branca | 53 | 20,95 | 92 | 36,51 | +15,56 |
| Morena/Parda | 160 | 63,24 | 80 | 31,75 | -31,49 |
| Preta | 37 | 14,62 | 76 | 30,16 | +15,54 |
| Amarela | 3 | 1,19 | 4 | 1,58 | + 0,39 |
| Total | 253 | 100,00 | 252 | 100,00 | |

FONTE: Derivada de Harris *et al.* (s/d.: Tabela 2).

proporção de pessoas morenas seja maior que a de pardas e que a das brancas e a das pretas sejam mais baixas.

Após ficar demonstrado que os diferentes métodos de coleta de dados - aberto e pré-codificado - produzem diferentes distribuições da população por cor, o próximo tópico abordado será a relação entre as duas escalas. Para atingir este objetivo, podemos cruzar as respostas à questão aberta com as respostas à questão pré-codificada da PNAD de 1976. Os resultados, apresentados na Tabela 3, mostram que a consistência de respostas entre os brancos é muito alta: das pessoas que se declararam brancas diante da questão aberta, 96,7% também se definiram como brancas na opção pré-codificada. A consistência é muito menor nas categorias intermediárias: dos entrevistados que se declararam de cor morena na questão aberta, 22% se identificaram como de cor branca quando confrontados com as opções pré-codificadas do IBGE. Entre os pretos, 89,3% das respostas foram consistentes, menos do que o observado entre brancos.

Estes resultados invalidariam o método do IBGE, como afirmam Harris e colaboradores? Para Silva a questão não é se as duas técnicas de coleta de dados medem precisamente a mesma coisa. Na sua opinião, a questão é o grau em que

as duas escalas ordinais estão empiricamente correlacionadas entre si:

"Acredito que, para o argumento de Harris se sustentar e, portanto, para que a escala do IBGE não seja um instrumento útil na análise das relações raciais no Brasil, seria necessário que aquelas escalas não fossem monotonicamente relacionadas, caso em que as discrepâncias entre elas fossem tais que uma não pudesse ser utilizada como *proxy* para a outra."

Ignorando as categorias "outra" e "sem informação" da Tabela 3, Silva usou um procedimento estatístico para testar a independência entre as duas escalas. Seus resultados mostraram uma correlação muito alta entre as duas (coeficiente de correlação ordinal de 0,944). Análises dos dados evidenciaram

"uma forte tendência a indivíduos que se identificaram na pergunta aberta com o grupo de cor Branca ou Clara a se identificarem com a cor Branca na pergunta fechada; similarmente, os que se identificaram nas categorias Morena-Clara, Morena e Parda se identificaram na cor Parda na questão pré-codificada. A única discrepância ao 'bom comportamento' deste padrão é a tendência significativa de alguns Pretos na classificação de

Tabela 3
Brasil: Designação de cor por classificação de cor - 1976 (em %)

| Designação de Cor (Aberta) | Classificação de Cor (pré-codificada) | | | | Total |
|----------------------------|---------------------------------------|--------|-------|------------------------|--------|
| | Branca | Parda | Preta | Outra e Sem Informação | |
| Branca | 96,7 | 2,1 | 0,1 | 1,1 | 100,0 |
| Clara | 84,7 | 10,0 | 0,5 | 4,8 | 100,0 |
| Morena-Clara | 51,6 | 39,9 | 2,5 | 6,0 | 100,0 |
| Morena | 22,0 | 66,1 | 8,3 | 3,6 | 100,0 |
| Parda | 2,6 | 94,0 | 2,6 | 0,8 | 100,0 |
| Preta | 2,0 | 8,0 | 89,3 | 0,7 | 100,0 |
| Outra | 36,6 | 28,0 | 17,2 | 18,2 | 100,0 |
| Sem Informação | 10,0 | 6,9 | 3,2 | 79,9 | 100,0 |
| Número Absoluto | 44.544 | 28.083 | 6.679 | 3.271 | 82.577 |
| % | 53,9 | 34,0 | 8,1 | 4,0 | 100,0 |

FONTE: Silva (1992: Tabela 7).

cor terem se identificado como Morenos na designação de cor." (Silva, 1992:41).

Com base nestes resultados, Silva concluiu que o método do IBGE, apesar de não ser perfeito, produz, fundamentalmente, medidas válidas de cor no Brasil. Vale notar, todavia, que a única preocupação de Silva foi determinar o grau de correspondência entre as duas escalas de auto-identificação de cor em um ponto no tempo. A próxima e mais complexa questão para a qual nos voltaremos é se as pessoas mudam sua auto-identificação no decorrer do tempo.

A estabilidade da auto-identificação racial no decorrer do tempo

Acredita-se que a tendência de indivíduos de pele escura a se mover para as categorias mais próximas da branca esteja associada à ascensão social, o que se refletiria no dito popular "o dinheiro embranquece", uma expressão que pode ser usada em dois sentidos diferentes. Um refere-se à idéia, amplamente defendida, embora não necessariamente correta, de que uma vez que o afro-brasileiro adquire educação e obtém sucesso financeiro, ele encontra total aceitação, mesmo nos mais altos círculos sociais. O outro diz respeito não à aceitação pelos outros, mas à própria auto-identificação - a idéia de que o sucesso econômico possibilita às pessoas se reclassificarem em categorias de cor mais claras ao ascenderem na escala social.

Dados o aumento dos níveis de renda e educação e o substancial movimento de ascensão social ocorrido no Brasil após a Segunda Guerra Mundial (Merrick e Graham, 1979; Pastore, 1982), a hipótese da reclassificação leva à predição de que, no período, um grande número de indivíduos teria "emigrado" para categorias mais claras de cor. Indivíduos que ascenderam socialmente e que se identificavam como pretos no passado se rede-

finiriam como pardos mais tarde, assim como os pardos se reclassificariam como brancos. Não se espera, contudo, que as reclassificações de preto para pardo e as de pardo para branco sejam da mesma magnitude. O índice de reclassificação de preto para pardo seria maior que o de pardo para branco. É razoável antecipar isto por causa do maior estigma social associado ao preto, comparado ao pardo, e, conseqüentemente, do desejo maior de deixar a categoria preto. Com respeito à parcela da população que se declara parda, o efeito líquido da junção dos dois tipos de reclassificação dependeria da propensão à "emigração" e do tamanho de cada grupo. Isto porque a categoria pardo receberia indivíduos da categoria preto e, ao mesmo tempo, enviaria indivíduos para a categoria branco.

Como podemos testar estas hipóteses? Para responder esta questão é útil imaginar como seria uma série ideal de dados. Uma estimativa direta da magnitude da reclassificação de cor no Brasil requereria uma longa série de informações que espelhasse a trajetória sócio-econômica, assim como registrasse, especificada no tempo, a classificação de cor do indivíduo. Dados desta natureza não existem no presente e não parece que serão produzidos no futuro. Todavia, esta limitação não nos impede de recorrer a uma abordagem indireta para determinar se a redefinição de cor ocorreu nas últimas décadas e estimar a ordem de magnitude envolvida.

O método indireto que propomos segue a lógica que os demógrafos usam para estimar as taxas líquidas de migração de uma população de determinada área. A técnica é baseada na projeção da população em questão, do tempo 1 para o tempo 2, supondo-a fechada durante o período. Para realizar a projeção usam-se relações de sobrevivência de cada grupo etário de homens e mulheres, em princípio retiradas de tabelas de vida correspondentes à mortalidade do período. Os resultados da projeção são então

comparados ao número de pessoas enumeradas pelo censo como habitantes da área no tempo 2. Se não houve migração e as suposições da projeção estão corretas, a população projetada e a enumerada no tempo 2 serão idênticas. Por outro lado, se o valor projetado é maior que o da população observada, podemos concluir que houve migrações, com saldo migratório negativo. Se o tamanho da população projetada for menor que a população enumerada, houve saldo migratório positivo. Pelo fato de o saldo migratório ser dado pela diferença, no segundo ponto do tempo, entre o tamanho da população observada e o tamanho da projetada, esta técnica é chamada método residual de estimativa de migração líquida.

A mesma lógica pode ser aplicada ao estudo da reclassificação de cor. No caso brasileiro, através dos censos demográficos podemos conhecer o número de homens e mulheres em cada grupo de idade que se classificaram como brancos, pretos e pardos em 1950. Usando dados dos Censos de 1960 e 1980 (o item cor não foi incluído em 1970), podemos usar o método Brass de estimativa indireta de mortalidade infanto-juvenil para obter tabelas de vida dos brancos, pardos e pretos para os períodos 1950-1960 e 1970-1980 (2). Estas tabelas de vida por cor seriam usadas para projetar os brancos, pretos e pardos com idade x em 1950 para o ano de 1980, quando terão idade $x + 30$. Os valores projetados por sexo, cor e idade podem ser comparados, então, aos enumerados no Censo Demográfico de 1980. Para o grupo de cor j , a diferença entre a população enumerada e a projetada em 1980 forneceria uma estimativa da magnitude da "migração líquida" (reclassificação líquida) para dentro ou fora da categoria j , na suposição de ausência de migração internacional, o que é realista no caso do Brasil entre 1950 e 1980.

O método descrito acima seria apropriado, não fosse por uma importante limitação metodológica. O problema

diz respeito à qualidade dos dados censitários. Como o método residual usa os dados de 1950 como o ponto inicial para as projeções, e como os valores projetados são então comparados aos valores das populações enumeradas em 1980, a técnica exige a não existência de erros de declaração de idade e de cobertura censitária tanto em 1950 quanto em 1980, uma suposição não realista. Para superar este problema, adota-se um método alternativo de projeção da população de cada grupo de cor, de 1950 a 1980, usando uma técnica que siga a mesma lógica mas que, ao mesmo tempo, não tome como absolutos os resultados dos censos, e que produza estimativas onde sejam minimizadas as distorções causadas pelos dois tipos de erro acima referidos.

Para tal, primeiramente calcula-se a relação intercensitária de sobrevivência (RIS) de cada sexo e idade para o país como um todo entre 1950 e 1980, isto é, a razão entre a população de idade $x + 30$ no segundo censo e a de idade x no primeiro censo. A vantagem da relação de sobrevivência intercensitária de uma população fechada é que nela estão embutidos o verdadeiro nível de sobrevivência mais os erros relativos à declaração de idade e à cobertura nos dois censos. A mistura dos dois efeitos é, na verdade, benéfica, porque minimiza, nas estimativas do saldo migratório e principalmente da taxa líquida de migração, os distúrbios causados por erros nos dados censitários de população (Carvalho, 1981). Como o nível de sobrevivência implícito nas RIS refere-se à média de todos os grupos, em seguida elas são ajustadas, de maneira a refletir o maior ou menor nível de mortalidade do grupo j em relação à média nacional. O ajuste é determinado pela extensão em que o nível de sobrevivência do grupo j excede ou é inferior ao da população total. O ajuste é dado pela razão entre as relações de sobrevivência das tabelas de vida do grupo de cor j e de todo o país, na idade x . O resultado é,

para cada sexo, uma relação intercensitária de sobrevivência específica por cor (${}_{30}RIS_{x,j}$), que pode ser usada para projetar os subgrupos j de 1950 a 1980, como se segue:

$${}_{30}RIS_{x,j} = {}_{30}RIS_x \cdot \frac{1}{2} \left[\frac{\frac{n_{L_x+30j,50/60}}{n_{L_{x,j},50/60}} + \frac{n_{L_x+30j,70/80}}{n_{L_{x,j},70/80}}}{\frac{n_{L_x+30,BR,50/60}}{n_{L_x,BR,50/60}} + \frac{n_{L_x+30,BR,70/80}}{n_{L_x,BR,70/80}}} \right]$$

onde

${}_{30}RIS_{x,j}$ = relação de sobrevivência usada para projetar o grupo etário x , cor j , de 1950 a 1980;

${}_{30}RIS_x$ = relação de sobrevivência intercensitária para o país inteiro entre 1950 e 1980;

$n_{L_x+30j} : n_{L_{x,j}}$ = relação de sobrevivência do grupo de cor j , baseada em tabelas de vida específicas por cor, derivadas dos dados dos Censos de 1960 (50/60) e 1980 (70/80); e

$n_{L_x+30,BR} : n_{L_x,BR}$ = relação de sobrevivência das tabelas de vida para toda a população brasileira.

Como não são disponíveis tabelas de vida que representem a mortalidade média entre 1950 e 1980, há de se observar na fórmula acima que se usou, no ajuste do nível de sobrevivência de cada grupo de cor j , a média dos quocientes das relações das tabelas de vida das décadas de 50 e de 70.

Os resultados da projeção de 30 anos, mostrados na terceira coluna da Tabela 4, correspondem ao número de homens e mulheres de 30 anos ou mais que esperamos encontrar em cada grupo etário e de cor em 1980, caso não tenha ocorrido reclassificação de cor entre os Censos de 1950 e 1980. Quando subtraímos a população projetada da enumerada em 1980, conforme mostrado na coluna 5, achamos um surpreendente déficit de pretos entre homens e mulheres (-767.787 e -815.379, respectivamente). Esses números indicam que em torno de 38% dos homens e 39% das mulheres se

reclassificaram de preto para pardo entre 1950 e 1980 (3).

Aceita a classificação de 1950 como correta, os dados da Tabela 4 mostram que a população preta acima de 30 anos em 1980 deveria ser 61% maior entre os homens (767.787 : 1.254.819) e 64% maior entre as mulheres (815.379 : 1.275.982).

Os resultados na Tabela 4 não confirmam a hipótese de reclassificação, pelo menos em termos líquidos, de pardo para branco. Ao invés da redefinição de pardo para branco durante o período, como previsto, os valores apresentados na coluna 5 mostram que o número declarado de brancos com idade de 30 anos ou mais em 1980 foi de fato menor que o número projetado. Apesar de as diferenças serem menores que as dos pretos (cerca de 9% para homens e 6% para mulheres), os resultados sugerem movimento líquido não desprezível para fora da categoria branco e para dentro da categoria pardo.

Em 1980, a população parda acima de 30 anos, se aceitos os dados de 1950, deveria ser 27% menor entre os homens (1.836.564 : 6.879.063) e 24% menor entre as mulheres (1.590.273 : 6.751.013). Já a população branca teria, em 1980, 9% mais homens e 6,5% mais mulheres acima de 30 anos.

Poder-se-ia perguntar se parte da possível "inchação" do número de brancos e principalmente de pretos em 1950 não teria origem na maneira diferenciada como foi formulada a questão, se comparada com o Censo de 1980. No entanto, como em 1950 a questão sobre cor era aberta, seria de se esperar, naquele ano, uma subdeclaração de pretos e brancos e uma sobredeclaração de pardos *vis-à-vis* as respostas à questão pré-codificada de 1980, à luz do que mostraram os dados da PNAD de 1976. Neste caso, as transferências deveriam ter se dado em sentido contrário àquele observado entre 1950 e 1980. Aceito este argumento, pode-se afirmar que provavelmente as

Tabela 4
Brasil: Reclassificação de cor entre 1950 e 1980, por sexo, cor e idade

| Cor/Sexo | Idade em 1980 | População Esperada em 1980 | População Enumerada em 1980 | Saldo de Reclassificação (4) - (3) | Taxa Líquida de Reclassificação (5)/(3) |
|-----------------|---------------|----------------------------|-----------------------------|------------------------------------|---|
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) |
| Homens | | | | | |
| Preta | 30-39 | 703.622 | 434.717 | -268.905 | -38,2 |
| | 40-49 | 560.747 | 326.110 | -234.637 | -41,8 |
| | 50-59 | 386.678 | 242.818 | -143.860 | -37,2 |
| | 60-69 | 233.448 | 151.657 | -81.791 | -35,0 |
| | 70+ | 138.111 | 99.517 | -38.594 | -27,9 |
| | 30+ | 2.022.606 | 1.254.819 | -767.787 | -38,0 |
| Parda | 30-39 | 1.932.899 | 2.569.276 | 636.577 | +32,9 |
| | 40-49 | 1.382.678 | 1.821.100 | 438.422 | +31,7 |
| | 50-59 | 891.801 | 1.238.953 | 347.152 | +38,9 |
| | 60-69 | 537.999 | 796.643 | 258.644 | +48,1 |
| | 70+ | 297.322 | 453.091 | 155.769 | +52,4 |
| | 30+ | 5.042.499 | 6.879.063 | 1.836.564 | +36,4 |
| Branca | 30-39 | 4.421.234 | 4.053.562 | -367.672 | -8,3 |
| | 40-49 | 3.181.221 | 2.977.437 | -203.784 | -6,4 |
| | 50-59 | 2.364.670 | 2.161.386 | -203.284 | -8,6 |
| | 60-69 | 1.494.253 | 1.317.400 | -176.853 | -11,8 |
| | 70+ | 922.581 | 805.406 | -117.175 | -12,7 |
| | 30+ | 12.383.959 | 11.315.191 | -1.068.768 | -8,6 |
| Mulheres | | | | | |
| Preta | 30-39 | 688.712 | 420.897 | -267.815 | -38,9 |
| | 40-49 | 570.021 | 325.261 | -244.760 | -42,9 |
| | 50-59 | 410.067 | 252.910 | -157.157 | -38,3 |
| | 60-69 | 260.820 | 165.608 | -95.212 | -36,5 |
| | 70+ | 161.741 | 111.306 | -50.435 | -31,2 |
| | 30+ | 2.091.361 | 1.275.982 | -815.379 | -39,0 |
| Parda | 30-39 | 1.914.072 | 2.463.624 | 549.552 | +28,7 |
| | 40-49 | 1.385.337 | 1.819.942 | 434.605 | +31,4 |
| | 50-59 | 940.181 | 1.189.113 | 248.932 | +26,5 |
| | 60-69 | 590.014 | 790.477 | 200.463 | +34,0 |
| | 70+ | 331.136 | 487.857 | 156.721 | +47,3 |
| | 30+ | 5.160.740 | 6.751.013 | 1.590.273 | +30,8 |
| Branca | 30-39 | 4.471.641 | 4.189.904 | -281.737 | -6,3 |
| | 40-49 | 3.241.848 | 3.052.003 | -189.845 | -5,9 |
| | 50-59 | 2.397.938 | 2.306.164 | -91.774 | -3,8 |
| | 60-69 | 1.588.169 | 1.482.918 | -105.251 | -6,6 |
| | 70+ | 1.058.286 | 952.001 | -106.285 | -10,0 |
| | 30+ | 12.757.882 | 11.982.990 | -774.892 | -6,1 |

FONTE: IBGE, Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1980.

estimativas de auto-reclassificação de cor apresentadas na Tabela 4 contenham erros, devido à mudança na formulação do quesito, por falta, e não por excesso.

Podemos apenas especular sobre as possíveis razões destes achados. Por exemplo, se houve um declínio do estigma associado ao ser pardo desde 1950, esta mudança tornaria mais fácil para as pessoas se classificarem como pardas em 1980, em comparação com o que

ocorrera 30 anos antes, quando eram presumivelmente compelidas a se classificar como brancas. Similarmente, pode ter havido um forte descenso, em termos de mobilidade, de pessoas que se auto-definiam em 1950 como brancas e que, pelo fato de ocuparem uma posição social inferior em 1980, se reclassificaram como pardas. Mas, sem dados objetivos sobre mudanças na intensidade do estigma e de mobilidade social específicas por

cor durante o período de referência, estas explicações não passam de conjecturas intrigantes.

Voltando para a categoria pardo, os valores da coluna 5 mostram que a população enumerada em 1980 excede significativamente o número projetado. Por causa do movimento líquido de pretos e brancos para esta categoria, existiam em torno de 1.836.500 mais homens e 1.590.300 mais mulheres na categoria pardo do que o projetado. O percentual de reclassificação líquida foi de +36% entre os homens e +31% entre as mulheres. Nos dois sexos o movimento líquido para a categoria pardo foi maior entre os grupos de mais idade.

Os resultados apresentados na Tabela 4 revelam aspectos importantes sobre o caráter da autodefinição de cor no país. Mesmo estando Harris e seus colegas corretos quando assinalam que a palavra pardo não é usada no cotidiano, o fluxo observado para esta categoria de cor mostra que, pelo menos desde 1950, este fato não impediu que um crescente número de pessoas aceitasse o termo para definir a sua própria cor. Os dados permitem ainda identificar uma importante clivagem em termos da estabilidade relativa das várias categorias de auto-identificação. O grande êxodo de pessoas da categoria preto indica, sem ambigüidade, que a auto-identificação como preto foi altamente instável no decorrer do tempo. A classificação como branco foi menos sujeita a mudanças. Conseqüentemente, se se mantiver no Brasil a auto-identificação de cor, segundo o sistema pré-codificado do IBGE, é de se prever que a fronteira entre pretos e pardos seja bem mais indefinida que entre brancos e pardos.

Implicações e conclusão

Tanto para pesquisadores como para militantes, o método usado para classificar a composição da população

por cor no Brasil é carregado de implicações políticas. Em sua crítica à tipologia de cor pré-codificada, Harris *et al.* (s/d.:17) citam Davis (1991) para argumentar que "é uma questão de direitos civis que se permita aos indivíduos se classificar e a suas crianças de acordo com o seu próprio senso de identidade". Naturalmente, se o IBGE levasse ao pé da letra esta assertiva, um sistema de classificação que não violasse os direitos civis das pessoas teria de incluir os 492 termos para definir cor que Harris encontrou em seu estudo de 1970. Por este modelo, a própria recomendação de Harris de substituir parda por morena no método pré-codificado não seria adequada, assim como não o seria qualquer outro esquema que simplificasse o sistema de classificação subjetiva.

Membros do movimento de consciência negra, de outro lado, pressionam justamente pelo oposto. Para eles, o esquema pré-codificado do IBGE, que permite às pessoas declararem cor intermediária entre preta e branca - a parda -, é percebido como um outro instrumento a mascarar a verdadeira natureza da desigualdade racial no Brasil. De acordo com este argumento, a perspectiva tradicional, que enfatiza a complexidade dos termos para definir cor e a flexibilidade da estratificação por cor, age como uma força poderosa de legitimação de um sistema que, de fato, perpetua as disparidades e a discriminação por cor. Membros do movimento argumentam que mulatos não estão em melhor situação que os pretos, e que qualquer esforço para promover a imagem prevalecente de uma sociedade multirracial, sem preconceito de cor, serve para levar os não-brancos a acreditar, equivocadamente, que a "marca" da origem africana pode ser de alguma maneira aperfeiçoada (Skidmore, 1993:381). Representantes do movimento usaram este argumento para tentar persuadir a todos de origem africana, mesmo que parcial, a ignorar a categoria

pardo no Censo de 1991 e se declararem pretos.

Qualquer que seja a posição política que se tenha sobre o assunto, não há dúvida de que o esquema pré-codificado do IBGE - compelindo as pessoas a se definir como brancas ou pretas ou pardas - simplifica muito a classificação da população, se comparado com o grande número de termos comumente usados para definir cor. Se não há ainda consenso a respeito do enunciado apropriado para o método pré-codificado de coleta de dados, e se as diferenças persistem com respeito à interpretação da relação empírica entre as respostas à questão pré-codificada e à questão aberta sobre a cor, o debate deveria, quando menos, alertar os usuários dos dados censitários e da PNAD que a classificação por cor dos indivíduos pode estar afetada pelo modo como a pergunta foi formulada.

Evidências de que a auto-identificação do preto é altamente instável no decorrer do tempo devem servir como advertência, especialmente no que concerne à relação circular entre autotransferência de cor e classe social. Apesar de as estimativas de reclassificação líquida não fornecerem informações sobre a posição social em 1950 e 1980 dos indivíduos que mudaram sua auto-identificação, a literatura antropológica sugere que a tendência à reclassificação de uma cor mais escura para outra mais clara prevalece entre aqueles que alcançam um *status* social mais alto. Se, como suspeitamos, são principalmente os pretos que ascenderam socialmente aqueles que se reclassificam como pardos, o efeito desta seletividade introduz um vício potencialmente grave nos estudos de desigualdade por cor que usam como variáveis dependentes, entre outras, a escolaridade (Hasenbalg e Silva, 1992; Silva, 1988; Barcelos, 1992), nível de renda (Silva, 1988), participação na força de trabalho (Batista e Galvão, 1992) e posição ocupacional (Silva, 1988). O viés nestas medidas ocorreria em função da tendência

sistemática dos pretos mais bem-sucedidos a deixar a categoria e dos menos bem-sucedidos a nela permanecerem, o que sobreestimaria o grau de desigualdade e subestimaria a mobilidade social ascendente, neste último caso quando são usados os dados dos diversos censos. Se a taxa alta de "emigração líquida" da categoria preto é uma indicação (38%), a magnitude do viés seria considerável. Devemos, no entanto, ser cuidadosos para não exagerar esta conclusão. Apesar de podermos seguramente dizer que muitos pretos emigram da categoria, a seletividade real daqueles que se reclassificam pode apenas ser inferida, não medida diretamente. Conseqüentemente, não conhecemos, a partir dos dados que temos em mãos, a extensão precisa do possível viés de seletividade. A grande magnitude da reclassificação ocorrida e a grande probabilidade de a seletividade estar presente potencialmente questionam os resultados de estudos que usam a categoria preto em análises de diferenciais sócio-econômicos segundo a cor.

No esforço para lidar com as dificuldades associadas ao uso da classificação preto em estudos comparativos por cor, alguns pesquisadores agregaram as categorias preto e pardo em uma única, "não-branco" ou "afro-brasileiro" (Lovell, 1992; Wood e Lovell, 1992). Para aqueles que desejam conservar o caráter multipolar da identificação de cor, esta estratégia pode representar um anátema, pois seria o "último passo para se reduzir o sistema brasileiro de classificação por cor ao padrão americano" (Harris *et al.*, s/d.: 16). Naturalmente, é possível, como Skidmore (1993) e Kottack (1992) com precaução sugerem, que a identidade por cor no Brasil de fato esteja se tornando mais simplificada e por isso mais similar àquela encontrada nos EUA. No entanto, usar este argumento para justificar o esquema bipolar seria certamente fechar os olhos à realidade. As evidências que apóiam esta conclusão são escassas e nem Skidmore nem Kottack afirmam que

a simplificação tenha chegado a tal ponto que permita lidar com apenas duas no lugar de três (ou mais) categorias de cor.

Analistas que usam o esquema dicotômico o fazem por razões metodológicas: ou porque o número de pretos é pequeno, tornando impossíveis análises desagregadas, ou porque a categoria preto é instável e sujeita ao viés de seletividade. Apesar de não ser uma solução ideal, a prática de lidar apenas com brancos e não-brancos recebe apoio da constatação de que a classificação como

branco é também menos ambígua - evidenciada pela consistência entre as respostas às questões aberta e pré-codificada -, e pelo fato de que a categoria branco é sujeita a menores alterações no decorrer do tempo - evidenciado pelas taxas de reclassificação neste grupo. Conseqüentemente, devido à mutabilidade da auto-identificação no tempo e aos vícios de seletividade associados ao fenômeno da reclassificação, a fronteira entre as populações branca e não-branca é muito mais estável que aquela entre pretos e pardos.

Notas

- (1) O termo pardo também sofre deste problema, embora em uma extensão muito menor. Kottack constatou que 1,2% dos entrevistados que se autodefiniram como pardos foram classificados pelos entrevistadores como pertencentes à categoria branca.
- (2) As proporções de filhos sobreviventes de mães com idade de 20-24, 25-29 e 30-34 anos, fornecidas pelos Censos de 1960 e 1980, multiplicadas pelos fatores de correção apropriados, produzem estimativas de probabilidade de morte entre o nascimento e as idades exatas de dois, três e cinco anos. Estes três valores podem ser usa-

dos para localizar uma tabela de vida dentro de cada uma das quatro famílias do Sistema de Tabelas de Vida de Coale-Demeny. Neste estudo adotou-se o padrão Sul. As tabelas de sobrevivência derivadas dos Censos de 1960 e 1980 referem-se, aproximadamente, à mortalidade média durante a década anterior. Os passos deste procedimento estão descritos em Wood e Lovell (1990).

- (3) Apesar de improvável, é possível que alguns pretos tenham se reclassificado como brancos.

Referências bibliográficas

BARCELOS, Luiz Cláudio. "Educação: um quadro de desigualdades raciais". *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 23, 1992, pp. 37-69.

BATISTA, Marta Aimée Rangel e GALVÃO, Otívia Maria Rodrigues. "Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro". *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 23, 1992, pp. 71-95.

CARVALHO, José Alberto Magno de. "Migrações internas: mensuração direta e indireta". *Anais do II Encontro Nacional de Estu-*

dos Populacionais, São Paulo, ABEP, 1981, pp. 533-77.

DAVIS, F. James. *Who is black: one nation's definition*. Pennsylvania, Pennsylvania State University, 1991.

HARRIS, Marvin. *Patterns of race in the Americas*. New York, Walker & Co, 1964.

_____. "Referential ambiguity in the calculus of Brazilian racial identity". *Southwestern Journal of Anthropology*, Albuquerque, n. 26, 1970, pp. 1-14.

- HARRIS, Marvin *et al.* Who are the whites? Imposed census categories and the racial demography of Brazil. *SL*, mimeo., s/d.
- HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. "Raça e oportunidades educacionais no Brasil". In: HASENBALG, C. e SILVA, N. do Valle (eds.), *Relações raciais no Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora/luperj, 1992, pp.79-100.
- KEITH, Verna e HERRING, Cedric. "Skin tone and stratification in the black community". *American Journal of Sociology*, Chicago, 97(3), 1991, pp. 760-78.
- KLEIN, Herbert S. "The colored freedman in Brazilian slave society". *Journal of Social History*, Berkeley, 3 (1), 1969, pp. 30-52.
- KOTTACK, Conrad P. Emics and etics of racial classification in Brazil, based on a recent national survey. Trabalho apresentado no Encontro Anual da American Anthropological Association, San Francisco, 4 de dezembro, 1992.
- LOVELL, Peggy A. "Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 22, 1992, pp. 85-98.
- MERRICK, Thomas W. e GRAHAM, Douglas H. *Population and economic development in Brazil: 1800 to the present*. Baltimore, The Johns Hopkins University, 1979.
- PASTORE, José. *Inequality and social mobility in Brazil*. Madison, University of Wisconsin, 1982.
- PIERSON, Donald. *Negroes in Brazil: a study of race contact in Bahia*. 2ª ed., Chicago, University of Chicago Press, 1967.
- RUSSEL, Kathy *et al.* *The color complex: the politics of skin color among African Americans*. New York, Columbia University Press, 1992.
- SILVA, Nelson do Valle. "Cor e o processo de realização sócio-econômica". In: HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle (eds.), *Estrutura social, mobilidade e raça*, Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora/luperj, 1988.
- _____. "Distância social e casamento inter-racial no Brasil". In: HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle (eds.), *Relações raciais no Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora/luperj, 1992, pp. 17-52.
- SKIDMORE, Thomas E. "Bi-racial USA vs. multi-racial Brazil: is the contrast still valid?". *Journal of Latin American Studies*, London, 25(1), 1993, pp. 373-86.
- WAGLEY, Charles. *The Latin American tradition*. New York, Columbia University, 1968.
- WOOD, Charles H. "Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil". In: LOVELL, Peggy A. (org.), *Desigualdade racial no Brasil*, Belo Horizonte, UFMG/Ce-deplar, 1991, pp. 93-111.
- WOOD, Charles H. e CARVALHO, José Alberto Magno de. *The demography of inequality in Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- WOOD, Charles H. e LOVELL, Peggy A. "Indirect measures of child mortality: overview and application to Brazil". *Social Indicators Research*, Boston, n. 23, 1990, pp. 247-67.
- _____. "Racial inequality and child mortality in Brazil". *Social Forces*, Chapel Hill, 70(3), 1992, pp. 703-24.

RESUMO - Categorias do censo e classificação subjetiva de cor no Brasil. Dados a enorme variedade dos termos usados e o alto grau de subjetividade dos brasileiros para definir sua cor, o artigo procura avaliar os diferentes esquemas - resposta aberta e resposta pré-codificada - adotados pelo IBGE no levantamento da variável cor nos censos e Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, assim como estimar o resultado líquido da "migração" entre grupos de cor, de 1950 a 1980, das pessoas que no Censo de 1950 foram classificadas como pretas, pardas ou brancas. As projeções por coorte realizadas indicam "emigração" ou reclassificação líquida significativa das pessoas dos grupos preto e branco para o grupo pardo entre 1950 e 1980. Em termos líquidos, das pessoas

classificadas como pretas em 1950, em torno de 38% se classificaram em outro grupo em 1980, enquanto que para as brancas isto se deu para aproximadamente 7%. Entre os pardos houve, no mesmo período, um crescimento "artificial" de aproximadamente 34%, devido ao fenômeno da reclassificação. Tais resultados devem levar os pesquisadores que trabalham com dados censitários a ser cautelosos quando analisarem a desigualdade racial no Brasil e, principalmente, quando desenvolverem estudos comparativos de mobilidade social dos diferentes grupos.

ABSTRACT - Census categories and subjective classification of race in Brazil. *A great variety of terms and a high degree of subjectivity are involved in the definition of skin colour among Brazilians. This article seeks to evaluate the different classification schemes adopted in various moments by IBGE to identify "colour" in censuses and National Household Sample Surveys (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD). We first examine the answers to open-ended questions and to standardized categories in these surveys and censuses and secondly, estimate the "net migration" among colour groups between 1950 and 1980 for persons who, in 1950, were classified as "pretas" (blacks), "pardas" (mixed ancestry) and "brancas" (whites). The cohort projections indicated a significant "net out-migration" or reclassification of both "branca" and "preta" persons to the "parda" group between 1950 and 1980. Thirty eight percent of persons classified as "pretas" in 1950 were reclassified in 1980 in another group, whereas 7% of "brancas" were missing for that category in the 1980 census. The "parda" category increased by 34% due to the "net migration" among colour groups. These results indicate that researchers working on racial inequality, and specially those developing comparative studies of social mobility using census data should proceed with caution when dealing with racial group differences.*

Recebido para publicação em 20/5/94.
Aprovado para publicação em 01/7/94.